



Plano Diretor deve ir a segunda votação

Base do Paço deve forçar aprovação nesta semana, depois de pressões

VENCESLAU PIMENTEL

A bancada de oposição na Câmara de Goiânia, com o apoio do vereador petista Djalma Araújo, até que tentou alterar a redação de novos artigos ao Plano Diretor (PD) que, segundo avaliavam, favoreciam segmentos imobiliários e empresariais. Em vão.

A base de apoio ao prefeito Paulo Garcia (PT) até que cedeu às investidas dos oposicionistas. Não que fosse afeita ao debate. É que, diante da repercussão negativa das alterações ao PD, mediante a mobilização de segmentos da sociedade, cessou por um tempo o processo de “tratamento” para abrir espaço a discussões.

O projeto que o Paço enviou à Câmara estava previsto para ser votado ainda em dezembro de 2012, na legislatura passada. Sem acordo, o processo foi recolhido e enviado novamente ao Legislativo no início deste ano, com a orientação de ser apreciado em regime de urgência.

Mais uma vez, a oposição,

coordenada pelo PSDB e PSol, chiou, forçando a realização de audiências públicas. As duas últimas serão realizadas nesta semana. A primeira, na sede da Ordem dos Advogados (OAB-GO), nesta segunda-feira; e a segunda, na Universidade Federal de Goiás (UFG), na terça-feira, sugerida por Djalma Araújo, com o apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-GO) e da Associação Ecológica Verdivalle.

Para a base aliada do prefeito, os debates são apenas protocolos formais que não vão alterar a essência dos procedimentos de atualização elaborados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável (Sedus).

Tanto que o projeto passou tranquilo pela primeira votação em plenário, na semana passada, com o placar de 27 votos favoráveis, dois contrários (de Djalma e Pedro Azulão Júnior, do PSB). Quatro se abstiveram de votar – Geovani Antônio e Dra. Cristina, ambos do PSDB, Elias Vaz (PSol) e Virmondes Cruvinel (PSD).



Demian Duarte

Paulo Borges, presidente da Comissão Mista, quer acelerar discussões e encerrar polêmica

A oposição, assim como Djalma Araújo, continua defendendo que as alterações ao PD vieram para dar um ar de legalidade a empreendimentos irregulares, e citam o caso da implantação do centro de

distribuição da Hypermarcas, na região norte da capital, já que, segundo eles, o empreendimento estaria irregular. Os oposicionistas citam os artigos 110 A, 116 A e 116.

Presidente da Comissão

Mista da Câmara, Paulo Borges (PMDB) não esconde que quer acelerar as discussões para pôr fim à polêmica em torno do Plano Diretor. “Nosso intuito é que a gente possa dar celeridade aos tra-

balhos de uma forma democrática, clara e transparente”, disse ele.

Ao ser indagado sobre a pressão do Paço para a aprovação da matéria, Borges respondeu que a Comissão estaria trabalhando dentro da legalidade, tendo na retaguarda a Diretoria Legislativa e a Procuradoria da Casa, para que tudo fosse executado dentro do tempo hábil.

“Vamos dar uma resposta à sociedade, não existe atropelo e nem falta de respeito para com nenhum parlamentar dessa Casa. Estamos executando o trabalho no estado pleno direito a democracia.” O projeto deve ser apreciado em segunda e última votação já nesta quarta-feira.

Mudanças necessárias

O prefeito Paulo Garcia já se posicionou sobre o tema, defendendo as modificações ao PD, por considerá-las pontuais e necessárias para desenvolvimento sustentável da cidade.

“Já havia uma discussão prolongada sobre o tema, há uma necessidade premente para que o desenvolvimento continue acontecendo, para que investimentos sejam feitos nesta cidade”, disse recentemente.